

O BRASIL E A REFORMA DA GOVERNANÇA GLOBAL: DESAFIOS E OPORTUNIDADES NO G20 E NO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU

Thais Lino dos Santos¹

Pontificia Universidad Catolica Argentina
Santa Maria de Los Buenos Aires

Resumo

A governança global enfrenta desafios que demandam reformas estruturais para garantir representação equitativa e eficiência. O Brasil tem buscado maior protagonismo no G20 e no Conselho de Segurança da ONU, defendendo um sistema mais inclusivo e multipolar. Este artigo analisa as principais propostas brasileiras para a reforma dessas instâncias, destacando desafios e oportunidades para o país no contexto das relações internacionais, com base na literatura acadêmica e em evidências concretas da política internacional.

Palavras-chave: Governança Global; Reforma Institucional; Brasil; G20; Conselho de Segurança da ONU.

BRAZIL AND THE REFORM OF GLOBAL GOVERNANCE: CHALLENGES AND OPPORTUNITIES IN THE G20 AND THE UN SECURITY COUNCIL

Abstract

Global governance faces challenges that require structural reforms to ensure equitable representation and efficiency. Brazil has sought greater prominence in the G20 and the United Nations Security Council, advocating for a more inclusive and multipolar system. This article analyzes Brazil's main proposals for reforming these institutions, highlighting the challenges and opportunities for the country in the context of international relations, based on academic literature and concrete evidence from international politics.

Keywords: Global Governance; Institutional Reform; Brazil; G20; United Nations Security Council.

1 Doutoranda em Ciências Jurídicas pela Pontificia Universidad Catolica Argentina Santa Maria de Los Buenos Aires. Mestre em Direito Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ). Especialista em Direito e Processo Contemporâneo pelo Centro de Ensino Jurídico Susana Araujo, em Direito Ambiental e Minerário pela Pontificia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), em Direito Internacional e Direitos Humanos pela Universidade Castelo Branco, em Prática Judicante pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em Direito Penal, Processo Penal e Perícias Criminais pelo Centro Universitário UNIESP, em Processo Civil pela Universidade Estácio de Sá.

1. INTRODUÇÃO

A governança global está em constante transformação, impulsionada por desafios políticos, econômicos e ambientais. A distribuição desigual de poder nas principais organizações internacionais, como o Conselho de Segurança da ONU e o G20, limita a participação de países emergentes e compromete a legitimidade das decisões internacionais (Keohane, 2011). O Brasil tem se posicionado como um defensor da multipolaridade e da democratização das decisões globais, argumentando que a inclusão de novos atores é fundamental para o equilíbrio do sistema internacional (Hurrell, 2006).

No entanto, o país enfrenta desafios para transformar essa agenda em realidade. A resistência de potências estabelecidas, a complexidade do processo decisório e a necessidade de consenso dificultam avanços substanciais (Stuenkel, 2015). Ainda assim, as reformas dessas instituições representam uma oportunidade para o Brasil fortalecer sua influência global e consolidar-se como um ator-chave na política internacional.

2. O BRASIL NO G20: LIDERANÇA E DESAFIOS

O Brasil tem buscado maior influência no G20, defendendo reformas que promovam um sistema mais representativo e eficaz. Como a maior economia da América Latina, o país tem interesse em fortalecer sua posição dentro do grupo, impulsionando debates sobre desenvolvimento sustentável, comércio internacional e estabilidade financeira (Santoro, 2020).

Contudo, sua atuação encontra desafios, como a dificuldade de construir consensos em um grupo tão heterogêneo e a influência desproporcional das economias mais desenvolvidas (Viotti, 2019). Apesar disso, o Brasil pode aproveitar a crescente demanda por reformas para consolidar sua presença e ampliar seu peso nas decisões globais.

2.1. O Papel do G20 na Governança Global

O G20 desempenha um papel central na governança global, especialmente após a crise financeira de 2008, quando se consolidou como o principal fórum de coordenação econômica internacional (Ikenberry, 2011). No entanto, o grupo enfrenta desafios relacionados à sua legitimidade, pois, apesar de ser mais inclusivo do que o G7, ainda privilegia as maiores economias (Viotti, 2019).

Além das questões de representatividade, o G20 tem sido criticado pela falta de um mecanismo institucional que assegure a implementação de suas decisões. Diferente de organizações como o FMI ou a OMC, o G20 opera por meio de consenso e sem um secretariado permanente, o que pode comprometer a continuidade das políticas

acordadas entre seus membros (Cooper e Thakur, 2013). A ausência de obrigações vinculantes dificulta a adoção de medidas estruturais para o fortalecimento da economia global, tornando muitas de suas iniciativas meramente indicativas.

Outro desafio relevante é a crescente polarização entre seus membros, especialmente em questões de governança econômica e comercial. Divergências entre potências como os Estados Unidos e a China, além da fragmentação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, dificultam a construção de um consenso sobre reformas estruturais no sistema financeiro internacional (Santoro, 2020). Para países emergentes, como o Brasil, essa dinâmica pode representar tanto um desafio quanto uma oportunidade, uma vez que sua atuação diplomática pode ser determinante para a definição de novas diretrizes no grupo.

2.2. As Propostas Brasileiras para a Reforma do G20

O Brasil tem defendido reformas como a criação de um secretariado permanente e a ampliação da participação dos países em desenvolvimento nas decisões estratégicas (Stuenkel, 2017). Outra proposta envolve a revisão da representatividade nas comissões temáticas para evitar a concentração de poder nas mãos das economias mais ricas.

Além disso, o Brasil sugere mecanismos que garantam maior transparência e a implementação efetiva dos compromissos assumidos, fortalecendo o papel do G20 como uma instituição de governança global (Viotti, 2019). A falta de um órgão de monitoramento e a rotatividade das presidências anuais criam descontinuidade nas prioridades do grupo, tornando a governança menos previsível e dificultando o avanço de propostas estruturais. A criação de um secretariado permanente poderia fornecer maior coesão às políticas formuladas no G20, permitindo a continuidade de agendas de longo prazo e fortalecendo o impacto das decisões tomadas pelo grupo (Cooper e Thakur, 2013).

Outra sugestão relevante está na ampliação do envolvimento da sociedade civil e de organizações internacionais no processo decisório do G20. O Brasil defende que uma maior participação de atores não estatais, como empresas, ONGs e universidades, poderia contribuir para tornar o grupo mais democrático e responsivo às demandas globais (Santoro, 2020). Esse tipo de abordagem facilitaria a formulação de políticas públicas mais eficazes, garantindo que os interesses dos países emergentes e em desenvolvimento sejam levados em consideração nas deliberações estratégicas do grupo.

3. O BRASIL E A REFORMA DO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU

O Conselho de Segurança da ONU tem sido criticado por sua estrutura desatualizada, que reflete o equilíbrio de poder de 1945, ignorando o crescimento de novas potências (Luck, 2006). O Brasil defende uma reforma que amplie a representatividade do órgão, permitindo maior participação de países emergentes nas decisões globais.

Contudo, essa agenda enfrenta resistência, especialmente dos membros permanentes, que relutam em abrir mão de seu poder de veto (Hurd, 2014).

3.1. A Estrutura Atual do Conselho de Segurança

O Conselho de Segurança da ONU é composto por cinco membros permanentes com direito a veto e dez membros rotativos sem esse privilégio. Essa configuração gera um desequilíbrio de poder, permitindo que as grandes potências bloqueiem decisões contrárias aos seus interesses (Hurd, 2014). Além disso, a falta de representatividade de regiões como América Latina e África compromete a legitimidade do órgão. O Brasil, apesar de ter participado de diversas composições rotativas, permanece excluído do núcleo decisório permanente (Viotti e Villa, 2019).

A estrutura do Conselho de Segurança reflete um arranjo político herdado da Segunda Guerra Mundial, o que faz com que sua composição atual não corresponda à nova dinâmica geopolítica do século XXI (Luck, 2006). Embora diversas tentativas de reforma tenham sido propostas desde o final da Guerra Fria, a resistência dos membros permanentes tem dificultado avanços significativos. Essa resistência ocorre porque qualquer alteração na composição do Conselho exigiria mudanças na Carta da ONU, o que demanda aprovação de dois terços da Assembleia Geral e a ratificação por todos os membros permanentes (Weiss, 2018). Assim, qualquer tentativa de transformação enfrenta um impasse estrutural que mantém o status quo.

Outro aspecto problemático é a seletividade na atuação do Conselho de Segurança em crises internacionais. A concessão do direito de veto permite que as potências globais paralise a ação da ONU em situações que conflitam com seus interesses nacionais, como visto nos casos da Síria e da Ucrânia (Hurd, 2014). Esse mecanismo, inicialmente concebido para garantir estabilidade no sistema internacional, tem sido criticado por dificultar respostas rápidas a conflitos e violações de direitos humanos. Dessa forma, a ineficácia do Conselho em lidar com crises contemporâneas reforça os apelos por reformas estruturais que ampliem sua representatividade e funcionalidade (Stuenkel, 2015).

3.2. O Papel do Brasil nas Propostas de Reforma

O Brasil, como parte do G4 (Brasil, Alemanha, Índia e Japão), propõe a criação de novos assentos permanentes para países emergentes, defendendo que a composição

do Conselho reflita melhor a atual realidade global (Viotti e Villa, 2019). Além disso, o Brasil sugere a limitação do uso do veto em casos de crimes contra a humanidade, buscando reduzir a paralisia do órgão diante de crises internacionais (Hurd, 2014).

O país argumenta que a inclusão de novos membros permanentes contribuiria para fortalecer a legitimidade do Conselho e torná-lo mais representativo das dinâmicas políticas e econômicas contemporâneas (Stuenkel, 2017). O Brasil destaca que regiões como América Latina e África continuam sub-representadas, apesar de sua crescente relevância no cenário internacional. A ampliação do Conselho permitiria uma abordagem mais equilibrada em decisões sobre paz e segurança, reduzindo a concentração de poder nas mãos das grandes potências (Weiss, 2018). Essa proposta, entretanto, enfrenta desafios significativos, pois depende de negociações políticas complexas e da aceitação dos membros permanentes, com interesses divergentes sobre a ampliação do órgão.

Além de pleitear uma cadeira permanente, o Brasil tem buscado consolidar sua atuação no Conselho por meio de mandatos rotativos. O país já ocupou o assento não permanente em diversas ocasiões, utilizando essas oportunidades para promover temas como a solução pacífica de conflitos, o respeito ao direito internacional e a defesa do multilateralismo (Santoro, 2020). Entretanto, essa participação temporária não garante influência duradoura, reforçando a necessidade de uma reforma estrutural que possibilite maior protagonismo de países emergentes. Nesse sentido, a diplomacia brasileira tem apostado na construção de alianças estratégicas com outras nações do Sul Global para fortalecer sua posição nas negociações internacionais sobre a reforma do Conselho (Viotti, 2019).

4. PERSPECTIVAS PARA A REFORMA DA GOVERNANÇA GLOBAL

A reforma da governança global tem sido uma pauta recorrente no cenário internacional, impulsionada pelas transformações geopolíticas e pela necessidade de um sistema mais inclusivo e eficiente (Ikenberry, 2011). O Brasil busca consolidar seu papel nesse debate, promovendo ajustes institucionais que reflitam melhor a distribuição atual de poder no sistema internacional (Stuenkel, 2017).

O processo de reforma enfrenta desafios significativos, como a resistência de atores tradicionais e a fragmentação de interesses entre países emergentes (Cooper e Thakur, 2013). No entanto, a crescente interdependência global e a necessidade de soluções multilaterais oferecem oportunidades estratégicas para o Brasil fortalecer sua posição e aumentar sua influência nos debates sobre governança global (Santoro, 2020).

4.1. Tendências na Governança Global

A governança global tem sido cada vez mais desafiada por um cenário internacional marcado por multipolaridade, tensões geopolíticas e crises transnacionais que exigem respostas multilaterais eficazes (Patrick, 2019). O modelo tradicional, baseado na liderança de potências ocidentais, tem sido questionado devido à ascensão de novos atores, como China, Índia e Brasil, que demandam maior representatividade nas instituições globais (Ikenberry, 2011). Nesse contexto, a reforma de organizações como o Conselho de Segurança da ONU e o G20 torna-se essencial para refletir as novas dinâmicas de poder e garantir um sistema internacional mais equilibrado e inclusivo.

Outro fator que influencia a governança global é o impacto de desafios globais emergentes, como as mudanças climáticas, a digitalização da economia e a crescente interdependência econômica (Viotti e Villa, 2019). Esses fenômenos exigem respostas coordenadas entre Estados, empresas e organizações internacionais, o que pressiona por mecanismos de governança mais eficientes. No entanto, as divergências entre países desenvolvidos e emergentes sobre regras e compromissos internacionais dificultam a implementação de reformas substanciais (Stuenkel, 2017). Assim, a governança global precisa se adaptar não apenas às mudanças no equilíbrio de poder, mas também à necessidade de respostas mais ágeis e eficazes a problemas transnacionais.

Além disso, o enfraquecimento do multilateralismo tem gerado preocupações sobre a capacidade das instituições internacionais de promover estabilidade e cooperação (Weiss, 2018). O aumento do nacionalismo e de políticas unilaterais por parte de algumas grandes potências desafiam os princípios da cooperação global e dificulta a implementação de reformas institucionais. Nesse cenário, países emergentes como o Brasil têm buscado ampliar sua influência por meio da diplomacia multilateral e da construção de coalizões estratégicas, a fim de fortalecer um modelo de governança global mais inclusivo e representativo (Santoro, 2020).

4.2. O Papel do Brasil na Construção de uma Nova Ordem Global

O Brasil tem adotado uma estratégia diplomática voltada para a consolidação de sua posição como ator-chave na governança global, enfatizando a necessidade de um sistema internacional mais democrático e representativo (Viotti, 2019). Sua atuação em fóruns como o BRICS, o G20 e a ONU demonstram um compromisso com o multilateralismo e com a busca por reformas institucionais que ampliem a participação dos países em desenvolvimento (Stuenkel, 2015). No entanto, para consolidar sua influência global, o Brasil precisa superar desafios internos, como limitações econômicas e políticas externas mais assertivas por parte de outras potências emergentes.

A participação brasileira na governança global também está vinculada à sua política externa baseada na busca por consensos e no fortalecimento do diálogo Sul-

Sul (Hurrell, 2006). O país tem se posicionado como um mediador em negociações internacionais e promovido iniciativas voltadas para a cooperação internacional em áreas como segurança alimentar, desenvolvimento sustentável e combate às mudanças climáticas (Santoro, 2020). Esse perfil diplomático confere ao Brasil credibilidade no cenário global, mas também exige uma abordagem estratégica para converter essa influência em resultados concretos na reforma das instituições internacionais.

Além disso, a crescente fragmentação da ordem internacional cria oportunidades e desafios para o Brasil. Por um lado, a transição para uma ordem multipolar abre espaço para maior protagonismo de atores emergentes. Por outro, a competição entre grandes potências, como os Estados Unidos e China, pode limitar a margem de manobra brasileira nas negociações sobre a reforma da governança global (Patrick, 2019). Para ampliar sua relevância, o Brasil precisa continuar investindo em alianças estratégicas, fortalecer sua posição nos debates internacionais e demonstrar capacidade de liderança em temas globais prioritários, como desenvolvimento sustentável e direitos humanos (Viotti e Villa, 2019).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reforma da governança global representa um desafio complexo, mas também uma oportunidade estratégica para o Brasil. No G20, o país busca fortalecer sua influência em um cenário competitivo, enquanto no Conselho de Segurança da ONU, defende uma reforma que amplie sua participação no núcleo decisório global. A estrutura atual dessas instituições reflete um equilíbrio de poder desatualizado, que favorece as potências estabelecidas e limita a influência dos países emergentes. Nesse contexto, o Brasil se posiciona como um ator relevante, promovendo propostas que visam aumentar a representatividade e a legitimidade das decisões internacionais.

Embora enfrente resistência de potências estabelecidas, a diplomacia brasileira pode se beneficiar do crescente clamor por um sistema mais representativo. O avanço da multipolaridade no cenário internacional e a crescente interdependência econômica e política reforçam a necessidade de adaptação das instituições globais. O Brasil, ao articular alianças estratégicas e consolidar seu papel em fóruns multilaterais, pode ampliar sua capacidade de negociação e contribuir para a construção de um sistema mais inclusivo e eficaz. Além disso, a defesa do multilateralismo e da cooperação internacional pode fortalecer a posição do país como mediador em disputas globais, aumentando sua influência nas decisões sobre governança global.

A participação brasileira na governança global também deve estar alinhada com uma estratégia de desenvolvimento interno que fortaleça sua posição internacional. Para isso, o Brasil precisa continuar investindo em políticas que promovam crescimento econômico sustentável, estabilidade política e inovação tecnológica. A competitividade global do país não depende apenas de sua atuação diplomática, mas também de

sua capacidade de demonstrar liderança em questões estratégicas, como mudanças climáticas, segurança alimentar e desenvolvimento sustentável. Dessa forma, a busca por maior protagonismo nas instituições globais deve ser acompanhada de um esforço interno para consolidar sua influência internacional.

Em um cenário de transformações geopolíticas, a reforma da governança global é um processo inevitável, embora gradual e desafiador. O Brasil tem a oportunidade de desempenhar um papel ativo nesse processo, articulando sua diplomacia com uma visão estratégica de longo prazo. Se conseguir consolidar sua posição como líder regional e fortalecer sua presença em debates globais, o país poderá não apenas ampliar sua influência nas principais instituições internacionais, mas também contribuir para a construção de uma ordem mundial mais equilibrada e representativa.

REFERÊNCIAS

COOPER, Andrew F.; THAKUR, Ramesh. **The Group of Twenty (G20)**. New York: Routledge, 2013.

HURRELL, Andrew. **On global order: power, values, and the constitution of international society**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

HURD, Ian. **International Organizations: Politics, Law, Practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

IKENBERRY, G. John. **Liberal Leviathan: The Origins, Crisis, and Transformation of the American World Order**. Princeton: Princeton University Press, 2011.

KEOHANE, Robert O. **Governance in a Partially Globalized World**. New York: Routledge, 2011.

LUCK, Edward C. **UN Security Council: Practice and Promise**. New York: Routledge, 2006.

PATRICK, Stewart. **The Best Laid Plans: The Origins of American Multilateralism and the Dawn of the Cold War**. New York: Rowman & Littlefield, 2019.

SANTORO, Maurício. **Brasil e G20: desafios e oportunidades para a política externa brasileira**. Brasília: FUNAG, 2020.

STUENKEL, Oliver. **Post-Western World: How Emerging Powers Are Remaking Global Order**. Cambridge: Polity Press, 2017.

VIOTTI, Paulo Roberto de Almeida. **A política externa brasileira e a governança global: desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 2019.

VIOTTI, Paulo Roberto de Almeida; VILLA, Rafael Duarte. **O Brasil e a reforma do Conselho de Segurança da ONU: interesses e desafios**. Brasília: FUNAG, 2019.